

• Política

TOP DE MARKETING AGORA TEM NOME: SOMAX ADUBOS TREVISA S.A. GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

Ulysses quer separar mandato e regime

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O presidente José Sarney recebeu ontem do presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com quem tomou seu café da manhã, uma alternativa para o entendimento em relação ao sistema de governo e ao mandato presidencial. Essa alternativa passa pela separação dos dois temas, pois, escolhido o sistema de governo, "haverá possibilidade de entendimento" não só em relação ao mandato dos futuros presidentes como à duração do governo Sarney, conforme disse Ulysses.

Sarney, o deputado esteve em São Paulo para uma reunião com o secretário de Estado de Minas Gerais, Orestes Quêrcia, que comemorou um ano de mandato. Participaram também da reunião no Palácio dos Bandeirantes o presidente do diretório paulista do PMDB, deputado federal Ayrton Sandoval, e o coordenador da bancada federal do partido, Roberto Rollemberg.

No Bandeirantes, Ulysses disse à imprensa que seu encontro com Sarney foi "um relato" e que o presidente, "como democrata, mantém sua posição no sentido de aguardar e respeitar a decisão que brevemente será tomada pela

Constituinte" em relação à duração de seu mandato e do sistema de governo.

"Foi uma conversa expositiva e falei ao presidente desse método, que não é nem imposto por mim; está havendo um entendimento generalizado dentro da Constituinte de concentrar as atenções primeiro no sistema de governo e depois no mandato", contou Ulysses, completando: "O presidente ouviu e manifestou mais um vez sua opinião".

Segundo o deputado, qualquer intervenção do presidente Sarney no sentido de "sensibilizar os constituintes" em favor do mandato de cinco anos e do

sistema presidencialista "é um direito democrático, desde que ele o faça por meios próprios e lícitos".

Embora tenha afirmado que não fez "nenhum acordo com o presidente da República", Ulysses indicou que a estratégia de decidir primeiro o sistema de governo pode ser o caminho para aprovar o parlamentarismo em troca de cinco anos de mandato para Sarney, quando declarou que "nos sistemas parlamentares os mandatos são mais longos, como por exemplo no caso da França".

Por outro lado, o governador Orestes Quêrcia pediu a Ulysses para que a Constituinte institua um

plebiscito, caso o parlamentarismo seja aprovado. "Conversei com ele e do nosso ponto de vista na medida em que o Congresso Constituinte institua o parlamentarismo, acho que deveria ser feito um empenho em favor do plebiscito, porque o presidencialismo já é uma tradição", afirmou Quêrcia.

Ulysses não disse se apoia ou não a proposta do governador, mas considerou "muito importante" a instituição de plebiscitos e referendos no Brasil porque "são métodos contemporâneos de participação popular".

O presidente da Constituinte reiterou que "a data-

base para a promulgação da nova Constituição continua sendo 21 de abril" e disse que, "se não houver surpresas, na próxima quinta ou sexta-feira estaremos votando o sistema de governo".

Em relação aos militares, duramente criticados por Ulysses em sua última visita a São Paulo, o deputado disse que "as Forças Armadas têm tido uma atitude admirável de prestigiar as instituições, a democracia e a transição. Não têm havido, como infelizmente em épocas anteriores isso ocorria, turbulências, dificuldades de maior monta na área militar".

"Em política tudo é possível, inclusive uma conciliação"

por Elaine Lerner de Brasília

O sistema presidencialista de cinco anos são inegociáveis. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem, em tom bastante enfático, que o presidente José Sarney não "abre mão dos cinco anos de mandato" e não autoriza ninguém do governo a fazer negociações sobre esses dois temas. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, admitiu que, "em política, tudo é possível, inclusive uma conciliação. Mas negociação, só em caso de impasse".

Mesmo em caso de impasse, o governo não aceita nem mesmo parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney. "É mais fácil presidencialismo com Congresso forte", complementou Magalhães, que ontem, juntamente com outros seis ministros, participou de mais uma reunião extra-agenda com o presidente José Sarney. Pouco antes, o presidente havia tomado um café da manhã com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a quem reafirmou,



Antônio Carlos Magalhães também, que "não será obstáculo se houver uma proposta de consenso geral". No entanto, segundo Costa Couto, Ulysses Guimarães saiu do encontro, de 45 minutos, sem qualquer proposta de negociação.

"O presidente acredita que um mandato de cinco anos com presidencialismo é o melhor para o Brasil", reafirmou Costa Couto, lembrando que Sarney comunicou sua decisão há quase um ano, em discurso feito em maio de 1987. "Ele continua irredutível de seus pronunciamentos", assegurou.

A proposta busca um entendimento

Eis a íntegra da entrevista concedida ontem, em São Paulo, pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte:

O senhor esteve, nesta manhã no café, com o presidente José Sarney. Falei num acordo: 5 anos de mandato com parlamentarismo e 5 anos para o próprio Sarney. É verdade?

R — Estive com o presidente da República que me convidou para tomar o café com ele. De lá vim para cá e trouxe do presidente da República ao governador a segurança de que apoiará, apesar das dificuldades do País, o seu governo, as suas iniciativas, e o agradecimento pelo apoio que o governador lhe tem dado, e a admiração pelo que ele está fazendo aqui. Quanto especificamente a sua pergunta, desejo dizer que não fiz qualquer acordo com o presidente da República a respeito de assuntos que dizem respeito, estão entregues à soberania da Assembleia Nacional Constituinte. Eu fiz um relato do andamento do assunto, dos entendimentos múltiplos que se fazem a respeito do regime, acoplando ao regime a duração do mandato, não só ao mandato permanente, que se vai incluir, no texto permanente da Constituição, mas aquele que se relaciona com Sarney. Também devo dizer que quanto ao presidente, como democrata — ele fez toda a sua vida como deputado e senador — sua posição é no sentido de aguardar e respeitar a decisão que brevemente será tomada no par-

quorum" qualificado e o "buraco negro", na verdade surgiu ali uma ou duas vezes — agora na questão da sindicalização e extensão de greve ao funcionalismo público. Mas tem sido assim, em assuntos sobre a relação de trabalho, da propriedade e outros. Nos demais vai-se buscar o entendimento. E claro, se se pode buscar o entendimento por que não buscá-lo, por que não logr-lo? Se não se consegue, democraticamente vai a voto. E a decisão, será, eu estou certo, respeitada por todo o País, e por todas as categorias, por toda a sociedade brasileira enfim.

P — Como o senhor vê a proposta dos ex-governadores Franco Montoro e Leonel Brizola de se fazer um plebiscito para se saber a forma de governo o sistema de governo que a população deseja?

R — Uma das maiores conquistas na Constituinte — e eu me permito, desculpe-me que eu diga isso, porque desde o meu discurso de posse na presidência da Constituinte — é que nós tivemos a democracia participativa, no sentido não só de assegurar isto, o que asseguramos logo no início da Constituinte, como pelos institutos do plebiscito e do referendo, como também da iniciativa popular que vamos votar agora. Não ser um privilégio do deputado, ou do senador, ou mesmo dos deputados estaduais, a apresentação de projetos, mas tendo um número ponderável de assinaturas, tenha a mesma categoria de proposição e deve ter tramitação obrigatória, pela Câmara e pelo Senado. E o instituto do plebiscito e do referendo conforme o assunto a ser levado à decisão da sociedade. Quanto a isso quero dizer que espero, ainda não se estabeleceu na Constituinte isto esse requisito. Estabeleceu-se só no início que seria representativo? Será um referendo, será um plebiscito, em que caso se aplica, se pode estabelecer um ou outro. Como sou presidente da Constituinte, em assunto dessa relevância o meu papel é de coordenador. Se esse assunto for colocado — e há emendas nesse sentido — nós vamos coordenar para ver a melhor solução. Mas acho muito importante, muito importante que nós nos atualizemos nisso. E um instituto contemporâneo que a Itália, a Suíça, etc., já têm, esse da participação popular.

P — O senhor que vive dentro da Constituinte, convivendo com todos, qual a sua impressão pessoal: deve dar parlamentarismo ou presidencialismo?

R — Primeiro, eu não tenho, e se tivesse eu não daria, não diria para você, mesmo porque é um assunto muito subjetivo. Se você conversar com um parlamentarista, vem até uma matemática; conversa com um presidencialista, vem estatística presidencialista. E verdade que eu já vi gente que está numa lista, mas no meu gabinete diz que está ou com o presidencialismo ou com o parlamentarismo, ou vice-versa. De maneira que é um chão muito escorregadio e eu tenho medo de levar tombo.

P — Os ministros militares têm-se manifestado constantemente em relação

ao mandato e ao sistema de governo, interferindo diretamente no trabalho da Constituinte. Caso os constituintes não decidam de acordo com a vontade dos ministros militares, o senhor acha isso preocupante?

R — Eu conversei com todos os ministros militares reiteradamente. Posso dizer duas coisas a você: que os ministros militares, consequentemente as Forças Armadas, porque eles são expressão das Forças Armadas, têm tido uma atitude admirável, atitude de prestigiar as instituições, prestigiar a democracia, prestigiar a transição.

"O estamento militar tem tido comportamento irreprensível"

Não tem havido como, infelizmente em épocas anteriores isso ocorria, turbulências, dificuldades de maior monta na área militar, dentro de um quadro de graves dificuldades que está ali, até com instabilidade no sentido de inflação, no sentido de economia e outros mais. O estamento militar tem tido um comportamento democrático irreprensível. E eu tenho recolhido deles o seguinte: eles entendem que, como são ministros, e sendo ministros — em certos países nem são militares, pode ser um civil, já tivemos no Brasil Pandiá Calógeras — eles podem manifestar suas opiniões. Mas todos têm afirmado que prestigiarão a decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte.

P — O senhor falou que dependendo do sistema aprovado, haverá variantes de entendimento. Isso pode significar que havendo a aprovação do parlamentarismo a duração do mandato será de 4 anos, e no caso do presidencialismo 5 anos?

R — Pode, claro que pode. Nós temos aí uma série de composições: 4, 5 anos, presidencialismo, parlamentarismo, ou então parlamentarismo imediato ou fazer escalonado. E também existem emendas destacadas. O que me parece que pode acontecer, o que vai acontecer, repito mais uma vez, é fazer-se uma discriminação, é separar aquilo que é o global, o geral, o todo, de uma parte. Todo é o sistema. Então a preocupação é encontrar o problema do sistema. Depois, conforme o sistema, poderá, será, ou poderá ser a duração do mandato. Vocês sabem que no sistema parlamentar, por exemplo, no caso da França, é um país que tem mandato mais longo. De forma que tudo isso, resolvido o principal, vai-se ao acessório. Esta parte é que está concentrando todas as atenções e as possibilidades de negociações.

P — O senhor falou que se não houver um acordo sobre sistema de governo, a matéria irá à votação. O senhor acha que é possível um acordo e qual o prazo de promulgação da Constituição?

R — Não é sempre. Esse

"buraco negro" é exceção. Esse "buraco negro" é uma invenção. Foi muito bem feito isso. Não é um "buraco" para enterrar, é um "buraco" para sair, devia ser um "túnel". Eu acho que foi uma invenção muito hábil, muito engenhosa. Mas aconteceu duas vezes apenas. Dos 2.700 já votamos quase mil destaques, de maneira que foi uma exceção. Eu acredito que se vai decidir com o comparecimento pleno, porque quem não comparecer pode ter a responsabilidade de com a sua ausência cooperar pela decisão ou pelo "buraco". Eu estou fazendo apelos, telefonando, mandando telegramas, já disse que vou fazer sessão sábado e domingo próximos para resolver esse assunto de qualquer maneira. Tecnicamente, a primeira emenda será a emenda presidencialista do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena. Se ela não for aprovada, temos a segunda votação em torno da emenda parlamentarista do deputado Egdio Ferreira Lima. Uma é primeiro que a outra porque o regimento estabelece pelo número de assinaturas. Não havendo os 280, aí sim; vai para o "buraco" para se decidir. Vai ser proposto ou pelo relator ou pela maioria absoluta. A maioria absoluta pode se entender em torno de uma fórmula. Não precisa nem do relator para a decisão final.

P — Qual a data da promulgação?

R — Tinha-se fixado como referência a data de 21 de abril que é uma data histórica. Agora nós somos sujeitos a imprevistos na nossa caminhada. O assunto da greve do funcionalismo apaixonou de tal ordem que discutimos na quinta e na sexta e só fomos votar ontem. Foram dois dias. Isso é democrático e pode acontecer. Mas acredito que uma data-base seria o dia 21, mesmo porque posso acionar certos mecanismos. Tem um estudo que me foi entregue ontem, que eu mandei fazer, para que se verifique o número de destaques e de votações. Mais do que de votações. O que importa são as votações, porque um destaque às vezes derruba 30 ou 40 outros, pelo critério da prejudicialidade. De maneira que vou fazer um estudo para verificar quantas sessões foram necessárias até agora. Porque eu posso primeiro fazer com que sábados e domingos, nós temos alguns sábados outros não, mas que se façam sessões todos os sábados, que a sessão em vez de ser só à tarde que seja, também, de manhã. Tenho reservado as manhãs para os entendimentos para esses acordos. Se não for todos os dias, fazemos dois ou três dias, que já adianta a votação. Temos ido, até agora, até as 10 da noite, mas eu posso ir até as 11, meia-noite, 1 hora. Eu, resistência para isso, graças a Deus tenho, inclusive dizem que nem ao banheiro eu vou, fico sentando naquela cadeira 4, 5, 6, 7 horas. De maneira que há condições de acelerarmos os nossos trabalhos.

P — O que o senhor acha da candidatura de Sílvio Santos à prefeitura de São Paulo?

R — Tenho dificuldades de me manifestar sobre os outros partidos. Já tenho muitas ocupações dentro do meu partido. A lei eleitoral permite que um cidadão seja convidado ou deseje se candidatar. Isso é um critério da vítima (risos). Para nós que já estamos na política já é tão difícil; calcule para quem não está treinado.

"Votaremos na quinta ou na sexta-feira"

P — Quando será votado o mandato e o sistema de governo?

R — Vamos votar hoje o "Poder Legislativo" e me parece que não apresenta dificuldades maiores porque ele é clássico e conhecido. O projeto substitutivo que será votado é o substitutivo do "Centrão" que repete muita coisa do projeto da Sistematização e tem

mim. Está havendo um entendimento generalizado para concentrar as atenções primeiro no sistema de governo e depois no mandato. O presidente ouviu e manifestou mais uma vez a sua opinião, dizendo que ele pode ter as opiniões dele, ele tem e tem o direito de tê-las como qualquer cidadão, mas acata a decisão da Constituinte. A nossa conversa ficou por aí. E claro que o presidente da República, como o governador do Estado, como qualquer pessoa, poderá dizer: "Sou favorável ao presidencialismo ou ao parlamentarismo." E se tiver condições pode expender argumentos que podem sensibilizar o interlocutor, no caso, os constituintes, para votar de acordo com suas ideias. E um direito democrático que qualquer um tem, desde que faça por meios próprios e por meios lícitos.

P — O senhor colocou que a vinculação da negociação do mandato e sistema racharia o PMDB. Hoje isso parece que evoluiu para uma outra postura: votar primeiro o sistema e depois o mandato, uma desvinculada da outra. Me parece que o inverso não unifica o PMDB porque a ala mais turbulenta dentro do partido ainda quer os quatro anos. O senhor acha que tem condições de isso evoluir?

R — Tenho dito aos companheiros que essa questão de sair do partido, vamos esperar a votação da Constituição, examinar globalmente o assunto. Não há razão para sair do partido e que desde que o partido não está impondo, quem quer votar para os cinco anos vota, e quem quer votar para os quatro também vota. E vamos acatar democraticamente até a decisão do partido. Uma das razões de eu desejar pressa é para que nós terminemos nossas incumbências, nosso trabalho, quanto à Constituinte e vamos, depois, iniciar a convenção do partido e os trabalhos específicos da Câmara e do Senado.

P — O que o senhor acha da candidatura de Sílvio Santos à prefeitura de São Paulo?

R — Tenho dificuldades de me manifestar sobre os outros partidos. Já tenho muitas ocupações dentro do meu partido. A lei eleitoral permite que um cidadão seja convidado ou deseje se candidatar. Isso é um critério da vítima (risos). Para nós que já estamos na política já é tão difícil; calcule para quem não está treinado.

"Votaremos na quinta ou na sexta-feira"

P — Quando será votado o mandato e o sistema de governo?

R — Vamos votar hoje o "Poder Legislativo" e me parece que não apresenta dificuldades maiores porque ele é clássico e conhecido. O projeto substitutivo que será votado é o substitutivo do "Centrão" que repete muita coisa do projeto da Sistematização e tem

base parlamentarista. Se, na frente, aprovar o presidencialismo, vai ter que apoiar; ajustar a decisão. Digo isso se, hoje, concordarem que esse será o texto-referência. Se assinei uma emenda das 50 mil que foram apresentadas e é no sentido de se respeitar o critério da representatividade que é fundamental ao sistema democrático. E preciso que todo o povo tenha voz no Congresso Nacional. Quando se expele essa camadã do povo é muito perigoso, porque se ela não tem a via institucional para defender na mesma ponderabilidade os seus direitos, passa a ter outras vias que são extremamente perigosas. Por tudo isso, se não houver surpresas, na 5ª ou 6ª feira estaremos votando o sistema de governo, mas pode haver imprevistos.

INTERVENÇÃO — O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ratificou ontem a intervenção no município de Jaboatão (área metropolitana do Recife) decretada há 15 dias pelo governador Miguel Arraes. Com essa decisão, o TC anulou o principal argumento do prefeito afastado José Fagundes de Menezes, para quem a intervenção fora ilegal porque os conselheiros ainda não haviam se pronunciado oficialmente sobre o assunto, noticiou a AG.

O relator do processo, conselheiro Honório Rocha, concluiu que houve prática de irregularidades na gestão do dinheiro público, conforme apuraram os auditores daquele Tribunal. Segundo o relatório no qual o TC se baseou para referendar a cassação, só no ano de 1987 houve um desvio de CZ\$ 31 milhões dos cofres da municipalidade, bem como o desaparecimento de dois veículos, e vários tipos de operações ilegais.

No plenário, ninguém tem maioria garantida

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem ao presidente José Sarney, durante o café da manhã, no Palácio da Alvorada, que nenhuma corrente é majoritária hoje, no plenário, para garantir a vitória do parlamentarismo ou do presidencialismo. Por isso, defendeu a necessidade de desvincular esta decisão da tese do mandato de Sarney. Negociação de mandato, segundo Ulysses informou a Sarney, só depois da votação do sistema de governo, de acordo com um político ligado a Ulysses Guimarães.

Ulysses arriscou um único palpite a Sarney, afirmando que, se a tese vitoriosa for o presidencialismo, todas as possibilidades apontam para a fixação do mandato de Sarney em quatro anos. O mesmo não é válido para a hipótese de vencer o parlamentarismo, segundo Ulysses. Neste caso, cresceriam as possibilidades de um acordo para fixar o atual mandato.

"Fiz um relato dos elementos que tenho a respeito dos trabalhos da Constituinte e é claro que, a propósito da expectativa em torno do sistema de governo, fizemos uma análise sobre o assunto. O presidente

Sarney é um democrata, que viveu parte de sua vida aqui como deputado e senador. Ele aguarda e respeitará a decisão da Assembleia Nacional Constituinte", revelou Ulysses, ao chegar ao Congresso, ontem à tarde.

Ulysses ainda admitiu a possibilidade de entendimentos, em torno da fixação do mandato de Sarney, mas apenas depois da votação do sistema de governo. "Votado o sistema de governo, o campo fica mais limitado, o que não acontece no momento, com um número muito maior de alternativas. Então, surge a possibilidade de entendimento, embora eu saiba que é difícil." Ulysses confirmou ainda ter argumentado junto a Sarney que a maioria dos constituintes quer decidir primeiro o sistema de governo, "e depois enfrentar a questão do mandato".

Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, Sarney teria cobrado de Ulysses o "compromisso do Pecurumá", referindo-se ao encontro que manteve no ano passado com o presidente do PMDB e com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, do PFL, em torno da defesa de um mandato de cinco anos para o presidente, e do sistema parlamentarista de governo.